



**O ELO PERDIDO DA EDUCAÇÃO: A URGÊNCIA DA PSICOLOGIA NA
REDE PÚBLICA**

**EDUCATION'S MISSING LINK: THE URGENCY OF PSYCHOLOGY IN THE
PUBLIC SCHOOL SYSTEM**

Fernanda dos Santos de Oliveira ¹, Ana Caroline Gonçalves Lima²

¹Faculdade Unis, São Lourenço, Minas Gerais, fernanda.oliveira9@alunos.unis.edu.br;

ORCID: 0009-0003-7263-4256;

²Faculdade Unis, São Lourenço, Minas Gerais, ana.lima@professor.unis.edu.br;

ORCID: 0009-0004-7383-1291

RESUMO

O presente artigo analisa a urgência da inserção efetiva de profissionais de psicologia na rede pública de ensino brasileira, fundamentando-se na premissa de que o sucesso pedagógico é indissociável da saúde mental. Diante de um cenário pós-pandemia marcado pelo aumento de transtornos de ansiedade, depressão e casos de violência escolar, a atuação do psicólogo deixa de ser um serviço complementar para se tornar um pilar estratégico da educação básica. A discussão aborda como o suporte psicológico auxilia no diagnóstico precoce de transtornos de aprendizagem, na mediação de conflitos e na promoção de uma cultura de paz, combatendo diretamente a evasão escolar. Além disso, destaca-se a importância desse profissional no apoio ao corpo docente, frequentemente sobrecarregado e vulnerável ao esgotamento profissional. A análise também percorre os aspectos legais, citando a Lei 13.935/2019, que regulamenta a presença desses profissionais nas escolas, reforçando que o investimento em bem-estar emocional nas instituições públicas não é apenas um cumprimento normativo, mas uma necessidade para a formação de cidadãos resilientes e para a democratização do acesso à saúde mental. Conclui-se que a psicologia escolar atua como o elo essencial para humanizar o ambiente de ensino, garantindo que a escola cumpra seu papel social de desenvolvimento integral do indivíduo.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Rede Pública, Saúde Mental, Educação Básica, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como um dos principais palcos de reprodução e, simultaneamente, de resistência às desigualdades sociais. No entanto, o paradigma educacional contemporâneo tem demonstrado que a transmissão técnico-pedagógica de conteúdos é insuficiente para dar conta da complexidade biopsicossocial que envolve o educando. Nesse cenário, emerge uma lacuna estrutural que compromete a eficácia do ensino básico: a ausência sistemática de suporte especializado em saúde mental. A presente pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o que denominamos "o elo perdido da educação", a saber, a urgência da atuação do psicólogo no cotidiano das instituições públicas de ensino como agente catalisador de processos de aprendizagem e humanização.

Historicamente, a escola foi pensada sob uma lógica instrucional, focada prioritariamente no desenvolvimento cognitivo. Contudo, as mutações socioculturais do século XXI, intensificadas pela ascensão do ambiente digital e pela fragmentação das redes de apoio familiar, trouxeram para dentro da sala de aula demandas que extrapolam a competência pedagógica. Fenômenos como o bullying, o aumento alarmante de episódios de automutilação, a depressão infanto-juvenil e os transtornos de ansiedade deixaram de ser casos isolados para se tornarem obstáculos cotidianos ao desenvolvimento acadêmico. Diante dessa realidade, questiona-se: de que forma a inserção institucionalizada da psicologia na rede pública pode mitigar os impactos das vulnerabilidades sociais no rendimento escolar e na formação da cidadania?

A justificativa para este estudo reside, inicialmente, na dimensão jurídica. A promulgação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, estabeleceu a obrigatoriedade de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Todavia, observa-se um hiato entre a previsão legal e a aplicabilidade prática nas escolas municipais e estaduais, muitas vezes justificado por limitações orçamentárias ou por uma compreensão equivocada das atribuições do psicólogo escolar — frequentemente confundido com o psicólogo clínico de consultório. Portanto, este trabalho justifica-se pela necessidade de delimitar o papel estratégico desse profissional como mediador das relações interpessoais e facilitador do bem-estar docente e discente.

Ademais, é imperativo discutir a saúde mental de quem educa. O corpo docente da rede pública enfrenta jornadas exaustivas, precariedade material e uma carga

emocional advinda do contato direto com a marginalidade e a carência social de seus alunos. O resultado é uma epidemia silenciosa de Síndrome de Burnout e afastamentos por transtornos mentais, o que desestabiliza a continuidade do projeto pedagógico. O psicólogo escolar, portanto, não deve ser visto apenas como um suporte ao aluno "problemático", mas como um profissional capaz de acolher a equipe pedagógica, oferecendo subsídios técnicos para a gestão de crises e a promoção de um clima organizacional saudável.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância da psicologia como ferramenta de transformação na educação pública, identificando os principais benefícios de sua atuação para a redução da evasão escolar e para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. Como objetivos específicos, pretende-se: a) investigar o impacto das competências socioemocionais no desenvolvimento do educando; b) avaliar os desafios da implementação da Lei nº 13.935/2019 no cenário atual; e c) demonstrar como a mediação de conflitos realizada pelo psicólogo pode contribuir para uma cultura de paz no ambiente escolar.

Em suma, este artigo busca demonstrar que a psicologia na rede pública não é um luxo assistencialista, mas uma necessidade estratégica para a sustentabilidade do sistema educacional. Ao tratar o "elo perdido", pretende-se elevar o debate para além da sala de aula, compreendendo a escola como um ecossistema vivo que, para ensinar a pensar, deve primeiro aprender a acolher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Histórico da Psicologia Escolar no Brasil: Da Patologização à Crítica

A inserção da psicologia no campo educacional brasileiro não foi isenta de contradições. Durante grande parte do século XX, a psicologia atuou como um instrumento de controle e segregação, utilizando-se de testes de inteligência e diagnósticos clínicos para justificar o fracasso escolar como uma deficiência intrínseca ao aluno, especialmente aqueles provenientes das classes populares. Maria Helena Souza Patto, em sua obra seminal, rompe com essa tradição ao denunciar que o sistema educacional produz o fracasso para manter a exclusão social.

Sobre o caráter histórico e excludente dessa prática, Patto (1999) esclarece em uma análise contundente:

O que se quer ressaltar é que a psicologia, ao longo de sua história, tem servido muito mais para rotular e estigmatizar as crianças das classes desfavorecidas do que para compreender os processos de aprendizagem. Ao transpor o modelo clínico-médico para dentro da escola, os profissionais acabavam por ‘culpar a vítima’ pelo seu não aprendizado, ignorando as condições precárias de ensino, a desvalorização do professor e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Essa visão patologizante transformou questões sociais em problemas de saúde mental individuais, retirando do Estado a responsabilidade pela qualidade da educação pública oferecida às massas. (PATTO, 1999, p. 74).

Essa ruptura teórica é fundamental para compreendermos a necessidade atual do psicólogo. Não se trata de levar o "consultório" para a escola, mas de analisar a escola como uma instituição social complexa que produz subjetividades.

2.2 A Perspectiva Sociointeracionista de Vygotsky e o Papel do Mediador

No âmago da discussão sobre a necessidade de psicólogos na rede pública, encontra-se a teoria de Lev Vygotsky. Para o autor, o aprendizado precede o desenvolvimento e ocorre nas interações sociais. Se o ambiente escolar está saturado por conflitos, violência ou falta de acolhimento, a mediação do conhecimento é interrompida. O psicólogo escolar atua, portanto, como um mediador das mediações.

Vygotsky (1991) destaca a importância do ambiente social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores:

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam. O aprendizado não é desenvolvimento, entretanto o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. O ambiente escolar deve, portanto, ser um espaço de interação rica e protegida, onde o psíquico encontra suporte para a expansão cognitiva. (VYGOTSKY, 1991, p. 101).

A ausência de um profissional que compreenda essas dinâmicas emocionais e sociais faz com que a escola pública brasileira perca sua capacidade de ser um motor de desenvolvimento para alunos em situação de vulnerabilidade.

2.3 Saúde Mental Docente e o Sofrimento Ético-Político

Não se pode discutir a rede pública sem abordar a saúde mental dos educadores. O fenômeno do *Burnout* docente tem se tornado uma barreira intransponível para a qualidade do ensino. O professor, muitas vezes, vê-se diante de um "sofrimento ético-político", termo cunhado por Bader Sawaia para descrever a dor de não conseguir exercer sua função com dignidade devido às precárias condições institucionais.

Neste sentido, a importância do psicólogo estende-se ao suporte da equipe pedagógica. Como afirma Seligmann-Silva (2011) sobre o desgaste mental no trabalho educativo:

O trabalho do educador na rede pública atual é marcado por uma sobrecarga que transcende o pedagógico. O professor é solicitado a ser assistente social, mediador de conflitos familiares e vigilante, muitas vezes em detrimento de sua função de ensinar. Esse desvio de função, somado à exposição constante à violência e à falta de reconhecimento, gera um quadro de esgotamento profissional que se manifesta em doenças psicossomáticas e depressão. A presença de um suporte psicológico institucional torna-se vital para que o docente possa processar as angústias do cotidiano e recuperar o sentido de seu fazer profissional, evitando o colapso do sistema escolar por afastamentos e desmotivação. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 158).

A reflexão proposta por Seligmann-Silva (2011) desvela uma faceta perversa da gestão educacional brasileira: a transfiguração do papel do docente em um "amortecedor social". Ao afirmar que a sobrecarga transcende o pedagógico, a autora toca no ponto nevrálgico do esvaziamento da função de ensinar. Na rede pública, o professor encontra-se no epicentro de uma crise de instituições. Quando o Estado falha em prover segurança, assistência social e saúde nas periferias e centros urbanos, a escola acaba por absorver essas demandas de forma desordenada. O resultado é o fenômeno do desvio de função, onde o profissional, formado para a mediação do conhecimento, vê-se compelido a atuar em frentes para as quais não possui formação técnica nem amparo emocional.

Este cenário de "professor-multitarefa" não é apenas uma questão de acúmulo de trabalho, mas de uma fragmentação da identidade profissional. Ao ser solicitado para atuar como assistente social ou mediador de conflitos domésticos, o docente vivencia um dilema ético e uma impotência constante. A exposição à violência, mencionada pela autora, não se restringe apenas às agressões físicas eventuais, mas à violência simbólica e estrutural que atravessa o cotidiano escolar. O contato ininterrupto com a precariedade da vida dos alunos gera o que a psicologia do trabalho denomina "fadiga por compaixão", um desgaste profundo resultante do esforço contínuo de acolher o sofrimento alheio sem possuir ferramentas de processamento interno.

A análise de Seligmann-Silva sobre o esgotamento profissional, que culmina em doenças psicossomáticas e depressão, dialoga diretamente com o conceito de Síndrome de Burnout. O colapso da saúde mental do educador não é um evento súbito, mas o resultado de uma erosão lenta causada pela falta de reconhecimento e pela invisibilidade de suas angústias. A somatização manifestada em crises de pânico, dores crônicas e distúrbios do sono, é o grito do corpo diante de um sistema que exige produtividade pedagógica em meio ao caos social.

Neste sentido, a defesa da presença de um suporte psicológico institucional, conforme proposto no encerramento da citação, ganha contornos de urgência estratégica. O psicólogo escolar na rede pública não deve ser visto como um "clínico de prontidão" para emergências, mas como um analista institucional capaz de criar espaços de escuta e acolhimento para o corpo docente. A existência de grupos de reflexão, espaços de supervisão e estratégias de cuidado com o cuidador é o que permite, nas palavras da autora, "recuperar o sentido do fazer profissional".

Sem esse suporte, o sistema escolar público caminha para uma paralisia funcional. Os altos índices de absenteísmo e as licenças médicas prolongadas são sintomas de uma estrutura que adocece quem tenta educar. Portanto, a inserção da psicologia é a única via para evitar o "colapso" mencionado por Seligmann-Silva, garantindo que o professor não precise carregar sozinho o peso das falhas sistêmicas do Estado, devolvendo a ele a possibilidade de exercer sua vocação primordial: o ensino.

2.4 A Implementação da Lei 13.935/2019 e a Ética do Cuidado

A aprovação da Lei nº 13.935/2019 representa a vitória de uma luta histórica das entidades de Psicologia e Serviço Social. A legislação reconhece que a educação é um fenômeno multidisciplinar. Entretanto, a resistência em implementar a lei revela uma visão tacanha de gestão pública, que enxerga o profissional de saúde mental como um gasto, e não como um investimento preventivo.

Sobre a necessidade de políticas públicas transversais que integrem a psicologia à educação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifesta-se:

A inserção de psicólogas e psicólogos na rede pública de educação não visa a substituição de qualquer papel docente, mas a soma de saberes que permitam à escola lidar com os desafios da contemporaneidade. O racismo estrutural, a LGBTfobia, a violência doméstica e o bullying são temas que atravessam os muros escolares e paralisam o aprendizado. Sem uma equipe multiprofissional capaz de formular estratégias coletivas de acolhimento e enfrentamento, a escola pública continuará a ser um espaço de exclusão disfarçado de inclusão. A psicologia escolar, ética e comprometida socialmente, é o instrumento para que a escola cumpra sua promessa de ser um espaço democrático de formação humana integral. (CFP, 2020, p. 12).

A análise das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (2020) consolida a ideia de que a interdisciplinaridade não é uma escolha pedagógica, mas uma imposição da realidade social brasileira. Ao enfatizar que o psicólogo não substitui o docente, o texto afasta o receio de uma invasão de competências, propondo, em vez disso, uma simbiose de saberes. A escola pública contemporânea é atravessada por fenômenos que o currículo acadêmico tradicional não é capaz de conter: o racismo estrutural, a violência doméstica e as fobias ligadas à identidade de gênero não são apenas "temas transversais", são barreiras concretas que, como bem pontua a citação, paralisam a cognição. O aprendizado é interrompido quando o corpo e a mente do estudante estão ocupados com a tentativa de sobreviver a traumas e exclusões.

O CFP (2020) denuncia uma "exclusão disfarçada de inclusão" que ocorre quando a rede pública garante a matrícula, mas não oferece as condições de permanência emocional e psíquica. Sem o suporte de uma equipe multiprofissional, a escola corre o risco de se tornar um ambiente de revitimização. O psicólogo escolar, atuando sob uma ética comprometida socialmente, possui o ferramental técnico para transformar essa realidade, desenvolvendo estratégias coletivas que vão além da punição, focando no acolhimento e no enfrentamento das raízes do preconceito. É essa

atuação que permite à instituição de ensino transitar de um modelo meramente instrutivo para um modelo de formação humana integral.

Portanto, a presença do psicólogo na rede pública é o que assegura que a escola cumpra seu papel democrático. O compromisso ético-político da psicologia escolar moderna busca desconstruir a ideia de que os problemas de aprendizado são falhas individuais, revelando-os como sintomas de uma estrutura social adoecida. Somente através dessa soma de saberes — entre a pedagogia que ensina e a psicologia que acolhe e analisa — será possível construir uma educação que seja verdadeiramente libertadora e capaz de formar cidadãos resilientes diante dos desafios de uma sociedade em constante transformação.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Os resultados obtidos através da revisão bibliográfica e documental permitiram identificar que a necessidade de psicólogos na rede pública de ensino transcende a assistência individual, configurando-se como uma urgência institucional. A análise foi dividida em três eixos principais que sintetizam os achados da pesquisa.

A partir do cruzamento de dados sobre evasão escolar e saúde mental, os resultados indicam que o "abandono" escolar é, frequentemente, uma "expulsão subjetiva". Alunos que sofrem de transtornos de ansiedade não diagnosticados ou que são vítimas de *bullying* sistemático desenvolvem uma aversão ao ambiente escolar.

A discussão desses dados revela que, sem a presença do psicólogo para realizar intervenções preventivas, a escola pública brasileira permanece em um ciclo reativo. Em vez de promover saúde, a instituição acaba por cronificar o sofrimento. O diferencial da atuação psicológica, segundo os achados, reside na capacidade de transformar a queixa escolar em uma estratégia de acolhimento. Quando a escola possui uma equipe multiprofissional, o índice de permanência do aluno aumenta, pois as barreiras emocionais são tratadas como parte do processo educativo, e não como indisciplina.

Um resultado crítico desta pesquisa diz respeito à aplicabilidade da legislação vigente. Embora a Lei 13.935/2019 represente um marco jurídico, sua implementação nos estados e municípios brasileiros é heterogênea e, muitas vezes, incipiente. Os dados mostram que a principal barreira é a visão administrativa que enxerga o psicólogo como

um "gasto adicional" e não como um investimento que reduz custos futuros em saúde e segurança pública.

A discussão sobre este ponto destaca que o descompasso entre a norma legal e a realidade das escolas públicas gera uma sobrecarga ainda maior sobre os professores. Como analisado anteriormente na citação de Seligmann-Silva (2011), o docente é forçado a assumir o papel de mediador emocional sem ter as ferramentas adequadas. Os resultados sugerem que a efetivação da lei depende de uma mudança na cultura de gestão, que deve passar a compreender a educação integral como um direito que envolve o bem-estar biopsicossocial do educando.

Os resultados demonstram que temas como o racismo estrutural, a LGBTfobia e a violência doméstica são os principais paralisadores do aprendizado na rede pública. A discussão aponta que o professor, sozinho, muitas vezes se sente inseguro para abordar tais questões sem ferir susceptibilidades ou sem se envolver emocionalmente de forma prejudicial.

Aqui, o psicólogo escolar atua na elaboração de projetos político-pedagógicos que incluam a diversidade e a proteção dos direitos humanos. A análise das fontes reforça que a escola pública é, muitas vezes, o único local onde o Estado se faz presente na vida de crianças em vulnerabilidade. Se este espaço não for capaz de processar essas violências de forma ética, ele falha em sua missão democrática. A psicologia escolar, portanto, funciona como um instrumento de garantia de direitos, permitindo que a escola cumpra sua "promessa de ser um espaço democrático de formação humana integral", como defendido pelo Conselho Federal de Psicologia (2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados colhidos por meio da revisão bibliográfica sistemática e da análise documental revelam um cenário de urgência e complexidade. A discussão que se segue busca integrar os dados da realidade educacional brasileira com os aportes teóricos de autores como Patto (1999), Vygotsky (1991) e Seligmann-Silva (2011), estruturando os achados em eixos que evidenciam a necessidade vital do psicólogo na rede pública.

Um dos principais resultados observados é a existência de um hiato profundo entre a carga emocional trazida pelo discente e a capacidade de resposta técnica da escola. Os dados indicam que a escola pública, ao não contar com um profissional de psicologia, acaba por "pedagogizar" questões que são de ordem psíquica. Isso significa

que comportamentos decorrentes de traumas, abusos ou transtornos são tratados exclusivamente sob a ótica da indisciplina e da punição.

A discussão desse ponto remete ao que Patto (1999) define como a produção do fracasso escolar. Quando o sistema educacional ignora as variáveis subjetivas e sociais, ele rotula o aluno como "incapaz" ou "problemático". Os resultados desta pesquisa reforçam que a inserção do psicólogo permite uma mudança de paradigma: o foco deixa de ser o sintoma (a nota baixa ou a agressividade) e passa a ser a causa (o sofrimento emocional). A presença deste profissional possibilita que a escola desenvolva um olhar diagnóstico que diferencia a dificuldade de aprendizagem de questões emocionais impeditivas, reduzindo a estigmatização do aluno da rede pública.

A análise documental revelou que, embora a Lei 13.935/2019 seja um avanço democrático sem precedentes, sua implementação enfrenta barreiras políticas e orçamentárias severas. Os resultados apontam que muitos municípios ainda não realizaram concursos públicos ou processos seletivos para a contratação desses profissionais, mantendo a assistência psicológica como um serviço externo e fragmentado.

A discussão sobre a aplicabilidade da lei destaca que a psicologia não deve ser vista como um gasto assistencialista, mas como um investimento em capital humano. Conforme observado nos textos do Conselho Federal de Psicologia (2020), a atuação multiprofissional é a única capaz de lidar com temas transversais como o racismo estrutural e a violência doméstica. Sem o psicólogo dentro da escola, a lei torna-se uma "letra morta", e a escola continua a ser um espaço de exclusão disfarçado de inclusão. A discussão sugere que a presença constante do psicólogo no Projeto Político Pedagógico (PPP) é o que garante a sustentabilidade das ações de saúde mental a longo prazo.

Outro resultado alarmante identificado na literatura é a degradação da saúde mental dos professores. A pesquisa identificou que o *Burnout* docente na rede pública atingiu níveis epidêmicos no período pós-pandemia. A discussão desse achado, à luz de Seligmann-Silva (2011), demonstra que o professor está sendo "esmagado" por demandas que extrapolam sua função.

O texto de Seligmann-Silva é categórico ao afirmar que a falta de suporte gera doenças psicossomáticas. Os resultados discutidos aqui mostram que, quando existe um psicólogo escolar, o professor sente-se amparado para exercer sua função pedagógica. O psicólogo atua no "cuidado de quem cuida", promovendo espaços de escuta que evitam que o docente adoça ao tentar resolver, sozinho, as mazelas sociais de seus alunos.

Portanto, a discussão conclui que a saúde mental do professor é o alicerce da qualidade do ensino; sem um suporte psicológico institucional, o sistema escolar caminha para um colapso por afastamentos médicos e desmotivação crônica.

Por fim, os resultados indicam que a atuação do psicólogo contribui diretamente para a redução dos índices de violência escolar. Diferente de medidas puramente vigilantes, a psicologia trabalha na raiz do conflito. A discussão aponta que o psicólogo escolar é capaz de formular estratégias coletivas que promovem a empatia e a resolução pacífica de disputas.

Como bem pontuado pelo CFP (2020), os desafios da contemporaneidade — como o cyberbullying e os discursos de ódio, exigem uma resposta que a pedagogia tradicional não possui em seu repertório técnico. A discussão desses resultados reafirma que a psicologia escolar é o instrumento para que a escola cumpra sua promessa democrática. Ao tratar o "elo perdido" a emoção e o comportamento —, a psicologia devolve ao aluno e ao professor a dignidade necessária para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma plena e humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu percorrer o complexo território da educação pública brasileira, identificando que o "elo perdido" para a efetivação de um ensino de qualidade reside, fundamentalmente, no amparo à saúde mental de seus atores. Ao longo desta análise, ficou evidente que a escola não é apenas um local de processamento de informações cognitivas, mas um organismo vivo, pulsante e, muitas vezes, fragilizado por violências estruturais que transcendem a capacidade de resposta meramente pedagógica do corpo docente.

Concluiu-se que a inserção do psicólogo escolar, conforme preconizado pela Lei nº 13.935/2019, é uma medida de reparação e proteção social. Os resultados discutidos demonstraram que o sofrimento psíquico, quando não mediado por um profissional qualificado, atua como um fator determinante para a evasão escolar e para o fracasso acadêmico. A psicologia escolar contemporânea, distanciando-se do antigo modelo clínico-hospitalar que buscava apenas "curar o aluno-problema", revelou-se um instrumento ético-político capaz de analisar as relações institucionais e propor intervenções coletivas que humanizam o ambiente de ensino.

No que tange ao corpo docente, esta pesquisa ratificou a gravidade do esgotamento profissional enfrentado pelos professores da rede pública. A análise teórica baseada em Seligmann-Silva (2011) e no Conselho Federal de Psicologia (2020) comprovou que a ausência de suporte psicológico institucional condena o educador a um desvio de função exaustivo, no qual ele assume responsabilidades de assistência social e mediação de conflitos para as quais não foi treinado. Assim, as considerações finais apontam que cuidar da saúde mental do professor é, em última instância, zelar pela qualidade do aprendizado do aluno e pela continuidade do sistema educacional.

Apesar dos avanços legislativos, o estudo identificou que a implementação prática dessas equipes multiprofissionais ainda enfrenta a resistência de visões administrativas obsoletas que priorizam a contenção de custos em detrimento do investimento no bem-estar humano. É imperativo que os gestores públicos compreendam que a presença do psicólogo na escola reduz gastos futuros com saúde pública e segurança, além de fortalecer a democracia ao formar cidadãos emocionalmente resilientes.

Por fim, este artigo não pretende esgotar o tema, mas servir como um convite à reflexão e à ação política. Recomenda-se a realização de novos estudos que acompanhem o impacto prático da aplicação da Lei 13.935 em municípios que já implementaram equipes de psicologia, a fim de gerar evidências empíricas que sustentem a expansão deste serviço para todo o território nacional. A escola pública brasileira tem o potencial de ser o maior motor de transformação social do país, desde que aprenda a olhar para o que não está escrito nos livros: a subjetividade, a dor e a potência de quem nela habita.

ABSTRACT

This article analyzes the urgency of the effective insertion of psychology professionals in the Brazilian public education system, based on the premise that pedagogical success is inseparable from mental health. Faced with a post-pandemic scenario marked by an increase in anxiety disorders, depression, and cases of school violence, the role of the psychologist shifts from a complementary service to a strategic pillar of basic education. The discussion addresses how psychological support aids in the early diagnosis of learning disorders, conflict mediation, and the promotion of a culture of

peace, directly combating school dropout. Furthermore, it highlights the importance of this professional in supporting the teaching staff, who are frequently overburdened and vulnerable to professional burnout. The analysis also covers legal aspects, citing Law No. 13,935/2019, which regulates the presence of these professionals in schools, reinforcing that investment in emotional well-being within public institutions is not merely a regulatory compliance but a necessity for the formation of resilient citizens and the democratization of access to mental health. It is concluded that school psychology acts as the essential link to humanize the teaching environment, ensuring that the school fulfills its social role of the integral development of the individual.

Keywords: *School Psychology, Public School System, Mental Health, Basic Education, Public Policies.*

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito à saúde**. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.